

# EXÔDO RURAL FEMININO, GÊNERO E RURALIDADES: CONSEQUÊNCIAS DA MIGRAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL FEMININA DO DISTRITO DE MUQUÉM – MIRABELA/MG

Guélmer Júnior Almeida Faria<sup>1</sup>  
Maria Da Luz Alves Ferreira<sup>2</sup>  
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula<sup>3</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o êxodo rural feminino na perspectiva da juventude rural feminina do Norte de Minas Gerais. Os estudos sobre gênero e ruralidades atribuem às atividades das mulheres em meio rural como invisíveis e consequentemente à “crise” da sucessão geracional rural. Para além dessas questões, cotiza-se relacionar o êxodo rural feminino como alternativa para que as mulheres possam construir seus projetos de vida sem a imposição do universo patriarcal. Nesse aspecto, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa com as técnicas de entrevistas em profundidade, observação do cotidiano e registros no diário de campo. Resgatam-se alguns depoimentos e relatos feitos com as mulheres jovens de uma comunidade na Região Norte de Minas Gerais, entre os anos de 2013 e 2014. Os resultados evidenciam que a saída das jovens está relacionada a dificuldades de encontrar trabalho, falta de acesso à educação para dar continuidade aos estudos, e a maioria das jovens veem a migração como opção; seja o deslocamento para estudo ou para o trabalho, majoritariamente essa inserção no mercado de trabalho acontece através do trabalho doméstico nas cidades. Entre as consequências da migração feminina na comunidade, estão: a “masculinização” do meio rural, diminuição do número de matrimônio, aumento do alcoolismo entre os homens, ruptura de vínculos das relações familiares e o envelhecimento rural.

**Palavras-chave:** Juventude rural. Migração. Mulheres. Gênero. Norte de Minas Gerais.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: guelmerjrf@yahoo.com.br

2 Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: mdaluz@oi.com.br

3 Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, doutora em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: andreapirapora@yahoo.com.br

## Introdução

A juventude rural feminina é invisibilizada nos estudos de gênero e ruralidades. Uma das questões que permeiam a discussão parte da problemática da sucessão da agricultura familiar associada à figura do jovem masculino rural. Os estudos migratórios rurais e urbanos também corroboram para a afirmação de que a permanência dos jovens no campo se vincula ao modelo patriarcal da posse e da propriedade.

Em estudos sobre a formação, sucessão e migração de jovens no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais – região predominante de agricultores familiares do Norte de Minas, Mendonça et al. (2013) apontaram que as jovens cursaram, em média, um ano a mais de escola do que os rapazes. E que os filhos mais velhos, do meio ou mais moços, homens ou mulheres, com mais ou menos tempo de escola, se tornaram ou podem vir a ser sucessores da propriedade rural. Contudo, quando migram, sazonal ou definitivamente, os jovens o fazem com maior escolaridade do que os adultos que migraram. Apesar disso, eles costumam ir para as mesmas ocupações que os adultos foram: carpinteiro, pedreiro e empregada doméstica.

Essa temática perpassa todos os países em desenvolvimento atualmente de como administrar o influxo de migração juvenil do rural para as áreas urbanas; em busca de melhores oportunidades e de uma vida melhor. Edwin e Glover (2016) investigaram as causas da migração rural-urbana de jovens do norte de Gana para o sul, com o objetivo de fornecer *insights* sobre o crescimento, direção e continuação dos fluxos migratórios internos no Gana. No Brasil, Zago (2016) analisou as relações entre transformações sociais no campo, demandas por escolarização em nível superior e destinos socioprofissionais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais. Na perspectiva de gênero, Luo (2006) chamou a atenção para a migração rural-urbana das jovens chinesas. Os resultados apontaram que as mulheres rurais jovens e solteiras têm muito mais probabilidade de migrar ou obter empregos fora, e as ocupações detidas por estas trabalhadoras rurais são as mais variadas; igualmente, coexistindo características de gênero entre os trabalhadores migrantes rurais e urbanos.

Ao se ater para a importância do êxodo rural feminino, destaca-se a presença feminina nos processos de mobilidade, levando em conta as raízes históricas do campesinato da Região Norte de Minas Gerais do Brasil, as quais são reproduzidas por representações de membros do grupo doméstico, conferindo certo padrão cultural à mãe, o papel de realizar a socialização das filhas no aprendizado que culmina nas atividades domésticas reprodutivas, cabendo ao pai o papel de delimitar os passos dados nessa direção (STROPASOLAS, 2004).

Quando analisamos a migração da juventude rural no Norte de Minas, deparamo-nos com a perda populacional, como afirma Santos

(2017) ao estudar a juventude rural e agricultura familiar em Porteirinha/MG, os jovens em idade ativa tendem a se deslocar para espaços econômicos mais dinâmicos, e a migração é majoritariamente masculina. “Já as mulheres tendem a permanecer no campo ou a migrarem para regiões mais próximas, a fim de concluir os estudos e retornarem para Porteirinha com qualificação mais adequada e possibilidade ampla de conseguirem emprego, em escolas, lojas, cartórios ou na prefeitura” (SANTOS, 2017, p. 52).

À medida que o êxodo rural causa o “inchaço” populacional nas cidades, também tem como consequência o abandono do campo, havendo predomínio de pessoas idosas compondo a população campestre. Mas isso trouxe graves problemas de sucessão da propriedade rural. Silva (2011), analisando as relações de gênero e o êxodo rural feminino, destacou que, entre os fatores da saída dos jovens do meio rural para os grandes centros urbanos, estão: a busca por melhores condições de vida, emprego, lazer e elevação da escolaridade.

Nesse processo de migração, na visão de Brumer (2007) as moças têm propensão a saírem do meio rural com mais frequência e em maior número do que os rapazes. Entre os fatores identificados pela autora, encontram-se: a condição da subalternidade da mulher nas relações familiares como herança do patriarcado, a desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar atrelada ao trabalho doméstico não remunerado e ao cuidado da família, a indivisibilidade do trabalho doméstico – mesmo contando como força de trabalho agrícola familiar, a ela ainda é relegado o trabalho doméstico da unidade doméstica e o pouco espaço destinado as moças e as jovens nas atividades agrícolas comerciais, na qual atuam apenas como auxiliares dificultando até o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar.

Este artigo objetiva analisar as razões e as consequências do êxodo rural feminino na perspectiva da juventude rural feminina de uma comunidade no Norte de Minas Gerais. Especificamente parte-se para analisar a categoria juventude rural feminina, identificar as razões que motivam as decisões das jovens rurais de permanecer ou não no campo e analisar as consequências da migração feminina. Igualmente, sob o viés de gênero, problematizam-se as migrações das jovens rurais vislumbrando seus projetos de vida se estão calcados na autonomia e na emancipação, dada a imposição do universo patriarcal que definem a liberdade das mulheres já que são as famílias é que direcionam os rumos da vida dessas jovens.

### **Notas metodológicas**

Um dos enigmas encontrados na literatura para conceituar a categoria juventude está orientado para as diferentes perspectivas adotadas. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), jovens são

consideradas pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Quando são focalizadas as políticas públicas, consideram-se os jovens de idades compreendidas entre 16 e 29 anos. O Instituto de Pesquisa Aplicada e Econômica (IPEA) tem procurado adotar uma estratificação etária para atender às singularidades da juventude para melhor planejamento e execução das políticas setoriais, quer sejam, de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 24 a 29 anos.

Nesta pesquisa, trata-se do termo juventude rural feminina do ponto de vista da apropriação do trabalho familiar vinculado à pequena propriedade familiar com base na agricultura familiar, onde o jovem rural é dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai. Acreditamos que ao analisar nossa pesquisa de campo poderemos caracterizar melhor a juventude rural feminina sob suas próprias perspectivas.

De acordo com o IBGE (2010), a proporção de jovens dos 15 a 29 anos em 2010 foi de 26,9%; destes, 27% viviam em áreas urbanas e 26,2% nas áreas rurais. Pelo viés de gênero, os homens ainda estão em maioria nas zonas rurais em relação às mulheres, pois eles correspondem a 26,4%. As mulheres representam 25,9% dessa juventude no meio rural. Esses dados devem ser interpretados à luz das políticas de fixação dos jovens no meio rural, através de cursos profissionalizantes (PRONATEC), da interiorização das universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET's) e acesso a um programa de assistência à juventude rural as quais foram implementadas no período anterior ao ano de 2016.

Weisheimer (2005) identifica cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural: faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social. Este estudo concorda com essa visão do autor, por considerar: faixa etária (15 aos 29 anos), ciclo da vida (solteiras), geração (transmissão geracional mãe-filha), cultura ou modo de vida (típico rural) e representação social (identidade jovem) – embora Camarano e Abramovay (1999) utilizem uma categorização para definir a juventude rural entre 15 e 29 anos, resguardadas as características peculiares, tais como o matrimônio e a estrutura familiar.

Ao se referir à categoria juventude rural, Stropasolas (2003, p. 11) chama atenção para “[...] inúmeros agentes e instituições externos, que pensam ou representam as políticas e as intervenções no espaço rural, o fazem desconsiderando ou não problematizando a heterogeneidade presente entre seus membros”.

Para o recorte espacial desse estudo, foi escolhido o Distrito de Muquém – Mirabela/MG, resgatando-se alguns depoimentos e registros de diário de campo feitos com mulheres jovens da comunidade (**Quadro 1**) e de comerciantes, professores e moradores no âmbito da pesquisa de mestrado realizada na Região Norte de Minas Gerais, entre os anos de 2013 e 2014,

com aporte da metodologia qualitativa com as técnicas da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

**Quadro 1 – Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquém – Mirabela/MG), empregadas domésticas em Montes Claros (MG), 2013**

Entrevistada*	Idade	Naturalidade	Idade de chegada
Zezé	21 anos	Mirabela/MG	16 anos
Janaína	20 anos	Mirabela/MG	15 anos
Penha	23 anos	Mirabela/MG	17 anos
Socorro	26 anos	Mirabela/MG	17 anos
Marilda	27 anos	Mirabela/MG	19 anos
Lídia	28 anos	Patis/MG	18 anos

\* Optamos por colocar nomes fictícios nas falas das entrevistadas para proteger sua identidade, assim, elegemos seis nomes de personagens da telenovela brasileira, por considerar o papel estereotipado das empregadas domésticas.

Essa técnica permite o acesso às observações de outras pessoas a respeito de um fato. Por meio da entrevista, pode-se aprender sobre lugares onde nunca se esteve e sobre experiências nunca vivenciadas, como afirma Weiss (1994).

As entrevistas foram transcritas na íntegra para delinear amplamente as experiências vividas e os relatos dos moradores do distrito. Em seguida, foi formulada e apresentada uma problematização pertinente às pesquisas sociais e geográficas, procurando respondê-las a partir de estudos bibliográficos escolhidos para embasar este estudo.

O distrito de Muquém está localizado no município de Mirabela/MG, que está inserido na mesorregião do Norte do Estado de Minas Gerais, especificamente na microrregião de Montes Claros. Geograficamente limita ao norte com o município de Patis; ao sul, com Coração de Jesus; a oeste, com Brasília de Minas; e a leste, com Montes Claros, polo regional. Situa-se na depressão do Rio São Francisco, abrangendo 723,3 Km<sup>2</sup>, entre as coordenadas geográficas latitude (GMS) 16° 25' 12,00000"/ 16° 05' 23,99999" sul e longitude (GMS) 44° 18' 36,00000"/43° 58' 47,99999<sup>a</sup> oeste, conforme Mapa 1.



Mapa 1 – Localização do município de Mirabela/MG

Fonte: Gildete e Fonseca (2010).

### Referenciais teóricos

Embora haja toda uma preocupação analítica para a definição do jovem<sup>4</sup> rural, de acordo com Kummer e Colognese (2013) essa definição não se restringe apenas àquele jovem que reside no meio rural, mas que o vivencia, participando de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. Portanto, essa categoria se intersecta entre o modo de vida e os modos de trabalho, sem que o jovem se torne agricultor e, dessa forma, seja um agente a serviço da economia familiar, sendo esta diferenciada e heterogênea.

Silva (2011) relata que a imagem do jovem rural é tida como negativa diante da sociedade contemporânea: “A caracterização do ser jovem do campo já vem imbuída de uma carga de significados preconceituosos que tratam essa categoria como sujeitos que não merecem a devida confiança” (SILVA, 2011, p. 3).

Segundo Drebes e Oliveira (2018), existe uma via relativa à construção social da juventude rural relacionada com as condições sociais vivenciadas entre os jovens em uma sociedade, onde estão vinculadas a atributos de gênero, classe, etnia, território, entre outras. Essas condições sociais referem-se

4 Frisa-se, embora seja adotada a categoria “jovem” no masculino, as análises propostas se referem ao universo das jovens rurais.

a normas de conduta e valores vigentes nessa sociedade. Portanto, a juventude rural é abarcada por modos e maneiras de diferenciação. Para as autoras, as transformações como as encontradas entre os jovens rurais no Norte de Minas são comuns e estão atreladas com as transformações encontradas na agricultura familiar em si.

Não se pode afirmar que a juventude rural de hoje possui semelhanças com a juventude do campo de dez anos atrás. Os envolvimento com a globalização e a tecnologia moderna têm transformado as sociedades. Contudo, ser membro ativo de uma sociedade que se transforma, moderniza e apresenta novos meios de compreender o espaço não é percepção suficiente para dizer que o trabalhador e/ou agricultor deixou de ser trabalhador e/ou agricultor, que o jovem rural é mais urbano do que propriamente do campo. Caso as características urbanas venham a se misturar com as rurais, ou vice versa, é um fator dependente do próprio indivíduo e não uma classificação que deve ser imposta. O direito de pertencimento, reconhecimento e ações que envolvem a identidade humana deve ser respeitado pela sociedade. (SANTOS, 2017, p. 44-45).

Diante deste cenário, pode ser verificada tanto na renovação do interesse e na ampliação dos estudos, quanto das iniciativas destinadas a este segmento por parte de diversos atores governamentais e da sociedade civil em nosso continente. Weisheimer (2013) argumenta que dois processos estão no centro do debate: primeiramente, as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural, nas últimas décadas, foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria. Segundo, que há uma certa invisibilidade social dos jovens no meio rural. Por fim, a superação desta situação passa pelo reconhecimento da complexidade do fenômeno juvenil no campo, o que daria vazão à percepção da existência de diversas juventudes rurais.

Percebe-se que a construção social da identidade juvenil é dependente de aspectos históricos, sociais, culturais, e não apenas embasados em estratificação. “Nesse sentido, não se poderia falar de juventude, mas juventudes no plural, devendo-se considerar as diferenças de gênero, raça, local de moradia, as disparidades regionais e as relações campo-cidade” (PAULO, 2010, p. 344).

Em relação ao gênero, Sales (2010) situa-o como constitutivo para compreender como as características sexuais são representadas através das práticas sociais. Sendo, portanto, necessário enfatizar que o conceito de gênero é uma ferramenta de análise.

O gênero como categoria analítica na visão de Langbecker (2017) revela-se com potencial para explorar as relações de desigualdades inseridas no rural. As assimetrias de gênero são evidentes, pois, culturalmente, a mulher é destinada a desempenhar determinadas atividades produtivas e

reprodutivas e a conformar-se com a tradicional distribuição de poder e de acesso à terra, permanecendo em uma posição subordinada no ambiente familiar.

No Brasil, de acordo com o IBGE (2010), a juventude rural brasileira é composta por aproximadamente 8,1 milhões de pessoas, ou seja, 4,5% da população brasileira na faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos<sup>5</sup>. Considerando apenas a condição das mulheres, verifica-se que a população feminina é constituída por 14.129.837 rurais. Entre as mulheres que residem no meio rural, 2.569.856 são jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

Tenuamente esses dados implicam a construção da juventude rural feminina, invisibilizada, mas que trazem elementos que afetam sobremaneira as ruralidades. Aspectos indissociáveis ligadas às questões de gênero como:

[...] a condição da subalternidade da mulher nas relações familiares, a desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar, a indivisibilidade do trabalho doméstico e o pouco espaço destinado a elas na atividade agrícola comercial, na qual atuam apenas como auxiliares. (BRUMER, 2007, p. 39).

Esses fatores, segundo Kummer (2013), contribuem quando se trata do movimento do êxodo da juventude rural feminina como um fator latente que é a perspectiva de gênero referente aos diferentes espaços de sociabilidade ocupados entre os jovens pelos rapazes e as moças. Invariavelmente, são as moças que deixam o meio rural em maior número.

As atividades ditas femininas, analisadas a partir da divisão sexual do trabalho na agricultura, são definidas como ajuda à estrutura familiar, ainda que o trabalho desenvolvido seja equivalente ao masculino ou o mesmo praticado pelos homens. Por conseguinte, desmotivadas em permanecer no campo, em função das desigualdades vivenciadas no ambiente familiar da agricultura, uma parcela considerável de mulheres inseridas na atividade, geralmente mais jovens, optam pela migração às cidades, já que no rural são poucas as perspectivas profissionais. (LANGBECKER, 2017, p. 128).

Desse modo, além de adquirir saber prático, os jovens rurais interiorizam a ética específica da agricultura familiar”. Geralmente, ser “jovem rural e mulher” traduz-se em posição de “inferioridade” dentro da hierarquia social contribuindo para a invisibilidade social das jovens em meio rural.

As relações de gênero no meio rural estão baseadas também na divisão tradicional do trabalho, este entre a roça e a casa. Para Wanderley (2007, p. 25), “[...] os rapazes são ausentes das atividades domésticas, enquanto a maioria das moças realiza dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar no sítio”.

5 A definição corresponde à faixa etária de 15 a 24 anos, que é o período mais recorrente na definição da juventude; entretanto, a determinação de 15 a 29 anos também é usual quando se trata de juventude rural (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 208)



Quando se analisa a permanência das jovens no meio rural, Stropasolas (2003) indica que o descontentamento das moças – mais explícito entre as filhas de agricultores empobrecidos, mas não menos importante entre as filhas de agricultores capitalizados – a sua recusa em casar e constituir família com filhos de agricultores, bem como a sua procura por estudo e trabalho na cidade para “mudar de vida”.

Outro fator limitante, a fixação das moças no campo, pode estar atribuída ao controle exercido pela autoridade patriarcal e a invisibilidade do seu trabalho. Para Kummer (2013, p. 3) “[...] as moças geralmente acompanham a mãe nas atividades, consideradas organizativas, vivendo uma submissão total e uma autoridade de gênero em relação ao pai ou aos irmãos do sexo masculino”.

Assim, podemos observar que no campo as mulheres têm menos oportunidade de autonomia econômica, bem como de decisão. Isso acaba sendo um fator preponderante para o êxodo das jovens que também é fruto das relações patriarcais e da busca por maior liberdade e autonomia. No período recente a maior escolaridade das jovens empurra-as para a cidade, em alguns casos, com sua incorporação em trabalhos precarizados e mal remunerados, mas que podem viabilizar a continuidade dos estudos. (SILVA, 2011, p. 5).

As pesquisas sobre campesinato e agricultura familiar no Brasil trazem em seu bojo um importante olhar sobre o viés do gênero. A sucessão geracional da economia doméstica da propriedade rural incide sobre o filho homem, acarretando a crise da sucessão familiar da agricultura familiar; afinal, as mulheres não reivindicam esse lugar e nem são incitadas a se envolver pelas questões da unidade familiar rural.

A migração é tida como estratégia de reprodução da vida das jovens rurais. Como caracteriza Santos (2017), o que dificulta essa permanência é a persistência de diversos problemas, como seca, ausência de emprego, além da ausência ou precariedade de políticas públicas voltadas para essa categoria, afetando principalmente os jovens que vêm abandonando o meio rural; e, notoriamente, esse fluxo se expressa na maior participação das mulheres.

O estudo clássico de Camarano e Abramovay de 1999 já identificava que esse predomínio feminino no processo migratório rural-urbano tem provocado a “masculinização” da população rural brasileira e, conseqüentemente, a concentração dos rapazes no meio rural dificultando a dissolução de novos matrimônios e gerando o celibato camponês. Igualmente a não reposição dessa força de trabalho tem contribuído para o envelhecimento rural.

O êxodo rural feminino é, para Bourdieu (2006, p. 88), primeiramente, “[...] resultado do fato de as mulheres serem mais bem preparadas que anteriormente para enfrentar a vida urbana, passando a questionar o que é

visto como servidão na vida camponesa”. O autor exemplifica que as jovens estão inferiormente ligadas à terra do que os rapazes, têm preocupação maior com o nível de instrução e isso colabora para acomodarem-se ao mundo urbano. Quando, parcialmente liberadas das restrições familiares em razão do enfraquecimento das tradições, passam a adotar os modelos de comportamento urbano, as filhas dos agricultores podem ganhar as cidades mais facilmente que os rapazes.

Entre os jovens rurais migrantes as moças são maioria. Elas parecem abandonar a proposição do papel “natural” que lhes era determinado, ou melhor, o de continuarem vivendo do e no meio rural. A aceitação de um destino manifesto não se constata com facilidade entre as jovens rurais e estas demonstram que ensejam tornarem-se partícipes de seus projetos de vida. A decisão de migrar se entrelaça com anseios de novos projetos profissionais, de estudos e de vida não rural. (KUMMER, 2013, p. 1-2).

Em períodos recentes a escolaridade e o acesso aos IFT’S<sup>6</sup> têm contribuído para o êxodo feminino rural impulsionando o espraiamento para os centros urbanos. A entrada no mercado de trabalho é vista não como preparação para a vida adulta, mas como condição para viver a juventude, de forma a conquistar sua autonomia (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

A migração da juventude rural feminina, como caracteriza Santos (2017), não pode ser desenvolvida unicamente pela via da agricultura familiar, mas sim via categoria distinta com recortes distintos, por serem construções socialmente delineadas e que partem do autorreconhecimento dos(as) jovens. Entendimento, também, de que não é apenas uma questão de escolha entre “permanecer” ou “afastar”, mas como possibilidades de novos arranjos dos seus projetos de vida e protagonismo juvenil. Isso significa compreender que existem juventudes em um aspecto mais amplo, com distintas formas de sobrevivência e lutas cotidianas, assim como o campo se configura de forma também heterogênea e multifacetada.

Na pesquisa que analisamos a seguir, constatamos a falta de perspectiva de permanecer no que sobrou da propriedade com a vinda da monocultura de eucalipto para a região e a crescente desertificação<sup>7</sup>, a jovem vê na cidade a possibilidade de construir-se como profissional e não somente como esposa de agricultor.

## Resultados e discussão

A análise das apreciações aqui exibidas se relacionam as condições das jovens do sexo feminino da comunidade do Distrito de Muquém, no município de Mirabela, circunscrito à Região Norte de Minas Gerais. As características dessa região, de acordo com Fonseca (2010), são de que o Distrito de Muquém possui uma população total de 1.973 habitantes, de

6 Expansão do Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG) com o programa de capacitação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e acesso ao Ensino Superior.

7 Processo de encurralamento das pequenas propriedades rurais do Norte de Minas vinculado às políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado na região.

acordo com o IBGE (2010), os quais vivem basicamente da agricultura de autoconsumo e de migrações temporárias. Percebemos, em nossa pesquisa, que tal fato é comum em todo o município, desprovido em todos os setores de infraestrutura para atender às necessidades básicas dos seus moradores, conforme demonstram os relatos a seguir:

*As pessoas que querem melhorar de vida tá sempre pensando em ir pra frente. Quando muda pra cidade, acha estranho o modo do povo conversar, o movimento, o barulho, acha ruim até acostumar, pegar o jeito do pessoal de lá. As pessoas sempre gostam daqui; mas, sempre pensam se fulano foi pra tal lugar, tá bem lá, também vou um dia. (Comerciante, 62 anos, 2013).*

*Para cada família de Muquém, há duas pessoas ou mais que migraram. (Escrivão do cartório, 37 anos, 2013).*

*A maioria dos jovens veem a migração como opção, seja o deslocamento para estudar ou a trabalho. (Jovem do sexo feminino, 23 anos, 2013).*

Ao eleger o lócus desse estudo, as características dessa comunidade nos chamam a atenção e são corroboradas pelos estudos de Silva, Silveira e Fonseca (2010), cujos resultados demonstram que Muquém apresenta uma série de especificidades urbanas na sua espacialidade, mas há a predominância do rural. As dimensões espaciais construídas ao longo da história do Distrito caracterizam relações de espaço vivido e lugar, onde destacam fluxos de produtos, capitais e população, inseridos na conjuntura global, mas sem perder o perfil identitário típico do rural.

Santos (2017), ao entrevistar jovens do município de Porteirinha/MG, evidenciou que a decisão entre ficar ou sair do campo se deu pela escolha individual e pela vivência das dinâmicas migratórias. Pelo relato da jovem de 23 anos do Distrito de Muquém, essa opção não está relacionada com o isolamento no campo, mas, sim, representa a autonomia dessa moça para decidir quando e como interagir com a cidade, por exemplo, conforme destacou, para adquirir formação educacional ou trabalho na cidade. A cidade é vista como ambiente de aprendizado, informação, aquisição de bens materiais, trabalho e lazer.

Nos estudos de Oliveira e Ferreira (2014) sobre a migração estudantil de jovens da cidade de Taiobeiras/MG, esta se justifica pela busca por melhores condições de acesso à educação por aqueles que deixaram seu lugar de origem para buscar, em outras regiões, seus objetivos. Mas, muitas vezes, voltam para sua terra natal, para ficar depois de ter conseguido conquistar seus objetivos em outros lugares ou apenas de passagem, como as andorinhas<sup>8</sup> que sempre acabam tendo que se retirar novamente.

O fato de em Muquém não haver estudos sobre a juventude rural feminina afiança outro aspecto a ser estudado na região. Segundo Silva,

8 Os autores fazem referência ao texto de José de Souza Martins: *O voo das andorinhas: migração temporária no Brasil* reflete esse processo migratório das aves comparadas com a realidade de muitos migrantes no país, que saem em determinados períodos do ano para outras regiões na busca de melhores oportunidades, e que pensa em um retorno para seu lugar de origem com uma vida melhor (OLIVEIRA; FERREIRA, 2014).

Silveira e Fonseca (2010), o desemprego tem se tornado maior entre os jovens, os quais são obrigados a migrar para outras localidades em busca de trabalho. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, a população residente em 2010 era de 1.973 habitantes, dos quais 1.025 eram homens e 948 mulheres. Esses dados podem indicar uma masculinização no ambiente rural e a conseqüente migração de mulheres. Em 1991, havia 1.040 mulheres; em 2000, o número de mulheres teve uma queda para 957 (IBGE, 2010).

As pesquisas sobre o deslocamento das jovens do Distrito de Muquém – Mirabela/MG apontaram como fatores, segundo Faria (2014): as dificuldades enfrentadas pelas jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola, o trabalho e a atração da jovem pelo meio urbano, sobretudo, pelo estilo de vida urbano.

Acrescentam-se a isso o aumento de oportunidades para as moças no setor de serviços nas cidades, o incentivo à emigração e a valorização dos estudos pelas mulheres e suas famílias, como sugerem Mendonça *et al.* (2013).

A pesquisa de Camarano e Abramovay (1999) comprova a crescente masculinização da população rural brasileira, fruto do predomínio feminino no processo migratório rural-urbano e conclui que pelo menos duas causas estão associadas à intensidade do êxodo juvenil feminino: a penosidade do trabalho e a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família. Quando questionada sobre a decisão de migrar, uma das entrevistadas relatou:

*“Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou. A gente já sabia que tinha umas meninas indo. Eu fui também.”* (Marilda, 27 anos, 2013).

Percebe-se o interesse das jovens em trabalhar nas cidades como empregada doméstica, ainda que para isso tenham que deixar a família no meio rural. Essas afirmações, como destaca Langbecker (2017) em estudos acerca do trabalho desempenhado por mulheres na pecuária familiar, é de que há um movimento transitório das mulheres no rural, em um primeiro momento, ainda na juventude, quando decidem trabalhar fora das propriedades rurais em busca de autonomia ou responsabilizam-se em auxiliar financeiramente a família.

Portanto, revela-se no Distrito de Muquém, assim como nos estudos de Drebes e Oliveira (2018) com jovens migrantes na cidade de Itapuranga/GO, a arena do fenômeno denominado “masculinização”, ou seja, o aumento do número de indivíduos do sexo masculino em relação ao número de indivíduos do sexo feminino residentes no meio rural.

Carvalho (2007) exemplifica que a população de filhos nas propriedades rurais é de 1,8 homens para cada mulher no Brasil, dado este

que mostra claramente a realidade da masculinização do meio rural, como pode ser evidenciado no relato de um morador:

*A maioria dos moradores são homens (Muquém). Os homens não têm como procurar mulher. Aqui é fato. Várias saem e vão para a cidade. Ai não tem mulher, para namorar, para casar, para paquerar. Só resta a bebida (risos). (Comerciante, 62 anos, 2013).*

Em tela esse depoimento evidencia um problema social bem relevante no meio rural, que é o alcoolismo. Oliveira (2012, p. 165) caracteriza-o, no ambiente rural, como “[...] danoso para o cotidiano das famílias que sofrem com esse problema, provocando desestruturação de laços sociais e familiares. Seu uso é uma espécie de fuga da realidade, desilusão e solidão para os homens do meio rural”. Outras consequências foram apontadas por Santos (2017): a criminalidade e o aumento no uso de drogas, geralmente, associados à migração de retorno, de Belo Horizonte para a região.

A concentração dos rapazes no meio rural dificulta o encontro de uma parceira para casarem-se, gerando o celibato camponês, como afirmam Carneiro e Castro (2007). Fato colaborado pela pesquisa de Drebes e Oliveira (2018), em Itapuranga, em Goiás, da existência de “solteirões” na agricultura familiar, ou seja, homens não mais considerados jovens, não casados e sem famílias constituídas.

Para as jovens o casamento, na visão de Langbecker (2017, p. 141), “[...] representa um movimento transitório na vida das mulheres rurais, assim como uma linha divisória entre o ‘antes de casar’ e o ‘depois de casar’, delineando a vida jovem e adulta das mulheres”.

Em relação ao matrimônio, Kummer (2013, p. 8) demonstra que “[...] é cada vez mais difícil encontrar uma moça disposta a permanecer no campo. Por outro lado, sem casarem-se os rapazes veem poucas chances de ali permanecerem. Para casarem-se, precisarão oferecer e construir um projeto de vida junto de suas companheiras *para e no* meio rural”, como é bem descrito pela entrevistada:

*Eu e meu namorado estamos pensando em casar. Eu namoro com uma pessoa de lá também, ele também trabalha aqui. Estamos juntando um dinheirinho pra comprar nossas coisinhas. (Zezé, 21 anos, 2013).*

Muitas jovens encaram o desafio de formar uma nova família partindo dos aprendizados deixados pelos pais, como o relato mencionado, havendo preferência por matrimônio entre membros da mesma comunidade, assim como outros lhes atribuem as conquistas de inserção profissional e sucessão da terra, pois o trabalho na cidade é meio para reconhecimento socioeconômico e auxílio para o casamento.

Magri (2008) afirma que, no caso das jovens, a migração acontece com mais facilidade devido à oportunidade de trabalho em casas de famílias como domésticas, por via do apadrinhamento e “ajuda” para estudar ou em outras atividades assalariadas. Dentre as razões para esta migração, podem estar ligadas à falta de valorização do meio em que vivem, maior interesse em estudar e buscar formação profissional e desvencilhar do controle patriarcal, dos quais assevera Zóti (2011) em relação à herança da propriedade, rege os “costumes locais” de que os homens ficam com as terras e os bens de produção e para as mulheres restam a casa e o enxoval.

*É comum as mulheres migrarem para Montes Claros para trabalhar como domésticas. Quando a menina sai e volta toda “produzida”, há um status de que ser doméstica em Muquém é bom. As meninas que trabalham como domésticas são vistas com certo status econômico, bem vestidas, maquiadas etc. Há relato de que algumas delas compram presentes para suas famílias como: sofá, guarda-roupa, televisão etc. (Professora da Escola do Distrito, 36 anos, 2013).*

Quanto à constituição de novas famílias, a menina quando retorna de Montes Claros, volta “toda produzida”, bem vestida, maquiada, de salto alto. Assim, percebe-se que há certo status de que ser doméstica em Muquém é algo bom, relacionado às mulheres da cidade. Na verdade, o que ocorre é que essas mulheres tentam reproduzir o comportamento de suas patroas. Os homens do Distrito vislumbram casar com uma delas, justamente pelo *status* de que a mulher agora “serve para casar”, passou pelo processo de aquisição de novos costumes, sabe ser “mulher, esposa e mãe”.

Entretanto, Drebes e Oliveira (2018) evidenciaram que o anseio de melhorar de vida – conquistar a autonomia e ascender socioeconomicamente – leva muitas moças rurais a se sujeitarem a mercados de trabalho assalariados caracterizados por condições informais, precárias e insalubres. Em Itapuranga, as jovens rurais que migram costumam ter dois destinos possíveis: tornam-se faxineiras ou prostitutas.

Santos (2017) destaca também a fala dos jovens que declararam serem os únicos membros ativos da família em inserção profissional tanto na cidade quanto no campo. Esses jovens procuram se integrar em uma cadeia mais ampla de aprendizado, pois muitos buscam formação mais adequada para a lida no campo. Os ensinamentos apreendidos são aplicados nas atividades agrícolas e pecuárias da família, como meio de atualização e interação com o mercado.

Outra consequência do êxodo juvenil feminino na visão de Camarano e Abramovay (1999) é o envelhecimento da população e, também, a queda de fecundidade no meio rural que contribuem para a diminuição da população rural no Brasil, consequência do intenso esvaziamento no campo, nas últimas décadas, principalmente de jovens em busca de melhores

oportunidades de trabalho, com predominância da migração feminina para os centros urbanos. Quando questionadas sobre as motivações da saída do campo, destacam-se algumas falas:

*Deu vontade. Eu via na minha comunidade. Toda menina que quer ir estudar arruma um jeito de empregar em casa de família.* (Aparecida, 21 anos, 2014).

*Vontade de estudar e trabalhar. Minha mãe dizia que mulher tem que estudar. Eu vejo as moças trabalhando de secretária, atendendo nas lojas, no telemarketing. Acho que elas devem ser estudadas.* (Lídia, 28 anos, 2014).

*Não foi uma fuga, deu vontade. Tem muita menina que foi. E eu também quis.* (Penha, 26 anos, 2014).

Percebe-se, pela fala de Lídia, que a educação, como se nota em Mendonça *et al.* (2013, p. 459), “[...] é culturalmente considerada um dos meios para garantir “futuro” aos filhos e filhas diante das dificuldades do meio rural; mas não é o único meio nem torna moralmente obrigatória a saída do campo”.

Em relação ao envelhecimento no distrito de Muquém, segundo dados da pesquisa de Silva, Silveira e Fonseca (2010, p. 8), entre os entrevistados, “[...] 31% são de aposentados, inclusive rurais, confirmando a concentração de um número expressivo de moradores numa faixa etária mais avançada, explicitando que a economia do lugar está basicamente ligada à renda de aposentadoria de trabalhadores rurais”.

Outro aspecto que interfere na permanência de jovens e na sucessão no campo é a longevidade dos pais que está associada à aposentadoria no meio rural; de acordo com Mendonça *et al.* (2013), a longevidade age em dois sentidos opostos. Por um lado, o aumento na expectativa de vida da população adulta rural dilata o prazo da sucessão; por outro, as rendas oriundas de aposentadorias e pensões oferecem mais segurança para investir, inovar e melhorar a produção.

Embora os processos de desenvolvimento em curso na região se revestem da invasão da plantação de eucalipto (monocultura), mas esta impede o crescimento do Distrito em extensão, dificultando a agricultura de autoconsumo e expulsando os jovens do campo. Uma das paisagens que chamam a atenção na visita às casas dos moradores da comunidade são os paredões de eucalipto margeando os quintais (Fotos 1 e 2). Como afiança Brito (2017), a monocultura de eucalipto é responsável pela destruição ambiental, pelo entupimento de nascentes, a seca de rios, e gera conflitos com os agricultores que trabalham e vivem na região e retiram da terra seu sustento, pois a população que habitava secularmente as áreas onde foram implantadas as monoculturas foi ignorada e suas terras expropriadas com extrema violência.



Figuras 1 e 2 – **Quintal de uma residência e plantação de monocultura de Eucalipto, Distrito de Muquém – Mirabela/MG, 2014**

Fonte: Guélmér Faria (2014).

Nesse sentido, os processos de desenvolvimento acabam por gerar consequências para o êxodo rural e permitem que a migração entre os jovens causem impactos irreversíveis na ruralidade do distrito. Santos (2017) ressalta que as constantes mudanças nas dinâmicas das vivências sociais rurais e urbanas se tornaram também positivas e negativas em muitos aspectos, com o advento da globalização e pós-modernidade.

Em relação às jovens do distrito, o que se percebe pelas falas das entrevistadas em Muquém é que há um duplo consenso sobre o trabalho e o estilo de vida urbano. A cidade seduz pelo “ganhar a vida”, ser independente, “conseguir alguma coisa” e a continuação do “estudo”. A sedução pelo urbano, do ponto de vista de Bourdieu (2006, p. 88), está no preparo “[...] que as mulheres têm e a disposição a mais do que os homens para adotar os modelos culturais urbanos, tanto corporais como indumentários, isso se deve a diversas razões convergentes”. Mauss<sup>9</sup> já chamava a atenção para essa “imitação prestigiosa”, aqui representada pela reprodução dos hábitos e das maneiras performáticas de suas patroas. Em primeiro lugar, “[...] as jovens rurais são bem mais motivadas para adotar os modelos culturais urbanos que os homens, uma vez que a cidade representa para elas a esperança da emancipação” (BOURDIEU, 2006, p. 88) e de acesso a bens de consumo e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC – como a *internet*). Quando questionadas sobre o que idealizavam com essa viagem, elas disseram:

*Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar. Vou começar a estudar se Deus quiser. (Janaína, 20 anos, 2014).*

9 Conforme: MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1973.



*Eu vejo assim, Montes Claros como uma cidade que gera muito emprego e que, eu acho assim, que tem futuro. E aqui, igual te falo, é a cidade do estudo. Que aqui é bem mais fácil para estudar e arrumar serviço.* (Socorro, 26 anos, 2014).

O motivo destas jovens que se retiraram de Muquém está relacionado ao trabalho e ao acesso à educação. Entretanto, algumas moças, segundo Faria, Ferreira e Paula (2017), depararam-se com novos desafios. Muitas delas relatam mais trabalho, mais afazeres nas “casas dos outros”, às vezes uma tripla jornada de trabalhos, pois, ao morarem nas casas, trabalham à noite e aos finais de semana; há dilemas bem evidentes nesse momento, pois a lei da PEC<sup>10</sup>, que foi uma conquista dessas trabalhadoras, não tem sido referência para alcançar os postos de trabalho.

10 Regulamentação das leis trabalhistas dos empregados domésticos, Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº 487, depois PEC nº 66, a “PEC das Domésticas”, foi aprovada pelo Senado Federal em 26 de março de 2013, sancionada em lei que regulamenta seus dispositivos: Lei Complementar nº 150/2015.

Portanto, Oliveira e Ferreira (2014) revelam, em seus estudos, que a maioria dos jovens de Taiobeiras, dos vinte entrevistados, apenas quatro não ingressaram em alguma instituição de ensino superior, tendo como destino o casamento e/ou o mercado de trabalho.

Assim, Silva (2011) explicita que, entre as razões, as moças investem mais na educação formal que os rapazes, haja vista a necessidade futura, desde cedo vislumbrada, de terem de construir uma alternativa profissional independente da unidade de produção familiar.

Apesar disso, segundo Kummer (2013, p. 11), “[...] as jovens parecem mostrar-se resolutas em propor e interferir em seus projetos de vida e essa efetivação encaminha-as a abandonar a vida rural. É, todo modo, uma autonomia alcançada sob o abandono de um modo de vida e não na sua transformação”.

Enfim, as razões e as consequências do êxodo rural feminino originam características que não atuam sozinhas e também não são alternativas fáceis, mas se configuram como possibilidades de análise a partir das trajetórias juvenis femininas, uma vez que as mulheres jovens rurais constituem um estrato social que envolve um êxodo rural seletivo e que pode comprometer a reprodução social do campo.

### **Considerações finais**

Considerando o universo pesquisado (Distrito de Muquém, Mirabela/MG) e outros estudos sobre a juventude rural, identificou-se como as jovens e os moradores que vivem na comunidade apreendem essa categoria invisibilizada nos estudos da sociologia da juventude, seja por se tratar do meio rural, das questões de gênero ou da reprodução social. A pretensão em realizar um estudo sobre o êxodo rural feminino se deu pelo contato com as jovens que trabalham como domésticas na cidade de Montes Claros/MG – por meio de depoimentos que ilustram esse texto, coletados durante minha

pesquisa de mestrado, nos anos de 2013 e 2014 – assim como conhecendo como as jovens e os moradores do distrito analisam esses eventos.

Outra informação que tangência este artigo é de que não são menos importantes as relações de proximidade entre campo e cidade. Os jovens do Norte de Minas e de Goiás, assim como os do Sul se mostram articuladores dessas interações. No Norte de Minas, essa percepção foi fortalecida com os relatos das entrevistadas, que evidenciaram o trabalho doméstico como socializador nas cidades e que se estende por meio de redes sociais da migração.

Enquanto categoria, a juventude rural feminina passa também pelo que Wanderley (2007) chama de “duplo enquadramento”. De um lado, pesa a simbologia negativa do meio rural e conseqüentemente a desvalorização do mundo rural no espaço urbano; por outro lado, no campo, essas mulheres se veem sob um manto do patriarcado que aglutina hierarquia, controle, impossibilidade de criar seus próprios projetos de vida, a penosidade do trabalho rural e a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família. Mas não é possível afirmar que essa duplicidade do viés juvenil se aplica para ambas as regiões, já que o êxodo rural, a sucessão e as questões de gênero têm características distintas e regionais diferenciadas.

Assim, a emigração se processou na adolescência, configurando uma mudança na “esperança de uma vida melhor” que o trabalho doméstico na casa de terceiros poderia proporcionar. Entretanto, a maior parte dessas jovens migrantes não chegou a alcançar seus objetivos causando apropriação, expropriação e ressignificações dos seus projetos de vida, e muitas se enveredam para a prostituição, sofrem violências e saem da pobreza rural para ingressar na pobreza urbana.

Notou-se que, entre as razões do êxodo rural feminino, estão: dificuldades de encontrar trabalho, falta de acesso à educação para dar continuidade aos estudos, o fato de a maioria das jovens verem a migração como opção – seja o deslocamento para estudar ou a trabalho, majoritariamente essa inserção no mercado de trabalho se dá via trabalho doméstico nas cidades. Igualmente, surgem novas exigências que se aproximam do meio urbano, tais como: estilo de vida, acesso as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC – internet), acesso a bens (consumo), além de contribuir para igualar ao padrão social e as relações afetivas.

Portanto, revela-se no Distrito de Muquém, Porteirinha e Taiobeiras, no Norte de Minas, assim como em Goiás e no Sul do Brasil, a constância dos movimentos migratórios da(o)s jovens saindo do campo para as cidades para trabalhos temporários ou definitivos, como o trabalho doméstico no caso das jovens.

Comparando os estudos sobre juventudes pesquisados neste artigo foram observadas as heterogeneidades, o reconhecimento em ser ou não da

roça; o reconhecimento identitário; as redes sociais da migração; a decisão de a família se afastar ou permanecer no campo; a pluriatividade; a sucessão no meio rural (herança da terra) que indicam a importância de processos de desenvolvimento diferenciados.

Logo, os processos de desenvolvimento para a região Norte de Minas Gerais provenientes da modernização agrícola dificultam a reprodução socioeconômica das pequenas propriedades rurais. As mulheres jovens do Distrito de Muquém configuram-se como um segmento social, o qual emerge na seleção do êxodo rural no Brasil na contemporaneidade. Nessa empreitada, essas moças se guiam pela busca de uma formação profissional, estudos e desvencilhar-se do controle patriarcal. Em Porteirinha, revela-se comum encontrar jovens agricultores que trabalham parte do dia na cidade e a outra residindo e cultivando, no campo, na horta da família.

Verificou-se, em relação às consequências desse êxodo rural feminino, o que a literatura preconiza: “masculinização” do meio rural, diminuição do número de matrimônios, aumento do alcoolismo entre os homens, ruptura de vínculos das relações familiares e o envelhecimento rural.

Observou-se que, em relação ao matrimônio, a jovem que retorna ao meio rural “toda produzida” é vista como sendo alguém “para casar”, embora haja um *déficit* de matrimônios e cujas evidências podem ser explicadas pelo retorno dessas jovens ao distrito. Quanto ao envelhecimento da população rural, 31% dos moradores do distrito estão acima dos 60 anos. Além disso, o celibato camponês tende a reforçar o uso de álcool e drogas entre os homens do distrito; isso acaba gerando ruptura de vínculos das relações sociais e familiares. Nos municípios pesquisados, o envelhecimento está relacionado com a herança sucessória da terra no meio rural. Também se percebeu que o casamento é responsável pela divisão sexual do trabalho das jovens no Norte de Minas e no Sul do Brasil.

Ao findar esse artigo, evidencia-se a importância de compilar pesquisas sobre as jovens rurais e as razões e consequências desse êxodo rural e, igualmente, sobre como pensar a sucessão geracional que está atrelada às questões de gênero e às formas concretas de manutenção dos pequenos produtores rurais, reverenciando seus modos de vida, sua forma de produção e possibilitando condições de desenvolvimento tanto social quanto econômico a essa população rural.

### Referências

- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BRITO, I. C. B. de. Monocultura de eucalipto, o desastre silencioso. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/>

papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt06-14/10645-monocultura-de-eucalipto-o-desastre-silencioso/file. Acesso em 12 de set. 2017.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: SOBER, 2007. p. 1-16.

DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A Construção Social da Juventude Rural Diante dos Processos Migratórios: Um Estudo de Caso da Agricultura Familiar de Itapuranga-GO. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 16, n. 42, p. 375-404, jan./mar. 2018.

EDWIN, D. A.; GLOVER, E. K. Factors Responsible for Youth Migration to the City: The Case of Ghana. **Journal of Social Sciences and Humanities**, Malaysia, v. 2, n. 1, p. 10-22, 2016.

FARIA, G. J. A. **Do seu lugar para o lugar dos outros**: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico. Orientador: Luiz Antônio Matos Macedo. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A.; PAULA, A. M. N. R. Rumo à cidade: trajetórias laborais de mulheres em contextos rurais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 12, n. 27, ago. 2017.

FONSECA, G. S. Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2010. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/87.pdf>. Acesso em 23 de out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**: universo, características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010u-niverso.asp?o=5&i=P>. Acesso em: 10 nov. 2017.

KUMMER, R. **O viés enviesado**: a migração rural feminina a partir do olhar masculino. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329828\\_ARQUIVO\\_KUMMER,R.Oviesenviesado\\_amigracaoruralfemininaapartirdoolharmasculino.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329828_ARQUIVO_KUMMER,R.Oviesenviesado_amigracaoruralfemininaapartirdoolharmasculino.pdf). Acesso em 12 jun. 2017.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, jan./jun. 2013.

LANGBECKER, T. B. Gênero e o trabalho na pecuária familiar: uma leitura a partir da divisão sexual do trabalho. **Revista Alamedas**, Toledo, v. 5, n. 2, p. 128-144, 2017.

LUO, G. China's Rural-Urban Migration: The Structure and Gender Attributes of the Floating Rural Labor Force. **Finnish Yearbook of Population Research**, Väestöliitto, v. 42, p. 65-92, 2006.

MAGRI, C. A. Realidade da juventude na agricultura familiar. In: MAGRI, C. A.; CONTI, I. L.; LAGO, A. (Org.). **Agricultura familiar: alternativas em construção**. Passo Fundo: IFIBE, 2008. p. 65-80.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, A. E.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 30, p. 445-463, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, M. L. R. de. Alcoolismo: um problema social em assentamentos rurais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 12, n. 134, p. 159-166, jul. 2012.

OLIVEIRA, R. A.; FERREIRA, M. L. A. Os caminhos de ida são mais desejados que os caminhos de retorno: um estudo de caso sobre migração dos jovens de Taiobeiras-MG. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 4., Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros: UNIMONTES, 2014. Disponível em: [http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT10/13\\_GT\\_10.pdf](http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT10/13_GT_10.pdf). Acesso em 15 de out. 2016.

PAULO, M. de A. L. de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 343-366.

SALES, C. M. V. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 421-446.

SANTOS, A. S. **Um olhar sobre as juventudes rurais: desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha-MG**. Orientador: Roberto Nascimento Rodrigues. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, 2017.

SILVA, E. J. da. Do campo para a cidade: as relações de gênero e o êxodo das jovens mulheres. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS olhares diversos sobre a diferença, 3., João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2011. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/10/06.pdf>. Acesso em 30 jun. 2016.

SILVA, R. O.; SILVEIRA, Y.; FONSECA, G. S. Lugar: ruralidade em Muquém Distrito de Mirabela-MG. In: COLÓQUIO CIDADE E REGIÃO: DINÂMICAS DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS, 1., Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros: UNIMONTES, 2010. p. 1-15.

STROPASOLAS, V. L. O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

SOCIOLOGIA, 11., Campinas. Anais [...]. Campinas: SBS, 2003. Disponível em: [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task..](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task..) Acesso em: 21 mai. 2017.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016.

ZÓTIS, T. S. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo-RS**. Orientador: Leonardo Alvim Beroldt da Silva, 2011. 67 f. Monografia (Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Natal, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005 (Estudos NEAD 7).

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, p. 22-27, dez. 2013.

WEISS, R. S. **Learning from strangers**: the art and method of qualitative interview studies. New York: The Free Press, 1994.

**Submetido:** 03/12/2018.

**Aceito:** 14/06/2019.

## RURAL FEMALE EXODUS, GENDER AND RURALITIES: CONSEQUENCES OF FEMALE RURAL YOUTH MIGRATION DISTRICT OF THE MUQUÉM – MIRABELA/MG

### Abstract

The objective of this article is to analyze the female rural exodus from the perspective of the rural female youth of the North of Minas Gerais. Studies on gender and ruralities attribute to the activities of rural women as invisible and the “crisis” of rural generational succession. In addition, these issues are related to relate the female rural exodus as an alternative so that women can build their life projects without the imposition of the patriarchal universe. In this aspect, the methodology used was a qualitative approach with the techniques of in-depth interviews, daily observation and records in the field diary. Some testimonies and reports made with the young women of a community in the northern region of Minas Gerais between the years of 2013 and 2014 are rescued. The results show that the exit of the young women is related to difficulties of finding work, lack of access to the continuing education, most young women see migration as an option; whether for study or for work, most of this insertion in the labor market occurs through domestic work in the cities. Among the consequences of female migration in the community are the “masculinization” of the rural milieu, a decrease in the number of marriages, an increase in alcoholism among men, the breakdown of family relationships and rural aging.

**Keywords:** Rural youth. Migration. Women. Genre. North of Minas Gerais.

## EXOJO RURAL FEMENINO, GÉNERO Y RURALIDADES: CONSECUENCIAS MIGRACIÓN RURAL MUJER DE LOS JÓVENES DEL DISTRICT MUQUÉM – MIRABELA/MG

### Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el éxodo rural femenino en la perspectiva de la juventud rural femenina del Norte de Minas Gerais. Los estudios sobre género y ruralidades atribuyen a las actividades de las mujeres en medio rurales como invisibles y la “crisis” de la sucesión generacional rural. Además, de estas cuestiones se cotiza relacionar el éxodo rural femenino como alternativa para que las mujeres puedan construir sus proyectos de vida sin la imposición del universo patriarcal. En este aspecto, la metodología utilizada fue de abordaje cualitativo con las técnicas de entrevistas en profundidad, observación del cotidiano y registros en el diario de campo. Se resuelven algunos testimonios y relatos hechos con las mujeres jóvenes de una comunidad en la región Norte de Minas Gerais, entre los años 2013 y 2014. Los resultados evidencian que la salida de las jóvenes está relacionada a dificultades de encontrar trabajo, falta de acceso a la educación para dar continuidad a los estudios, la mayoría de las jóvenes ven la migración como opción; sea el desplazamiento para estudio o para el trabajo, mayoritariamente esa inserción en el mercado de trabajo ocurre a través del trabajo doméstico en las ciudades. Entre las consecuencias de la migración femenina en la comunidad están: la “masculinización” del medio rural, disminución del número de matrimonio, aumento del alcoholismo entre los hombres, ruptura de vínculos de las relaciones familiares y el envejecimiento rural.

**Palabras clave:** Juventud rural. La migración. Las mujeres. Género. Norte de Minas Gerais.